



UNIÃO SINDICAL

SINPACEL

FUNDADO EM 27/11/1951

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, PAPEL, PAPELÃO, ARTEFATOS E CORTIÇA DE GUAÍBA E REGIÃO RS

ACESSE NOSSO SITE: WWW.SINPACEL-RS.COM.BR

INFORMATIVO ANO XVII - Nº 148 - OUTUBRO DE 2018.

CUT

Central Única dos Trabalhadores

CNQ CUT

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO RAMO QUÍMICO

Negociação Coletiva de Trabalho da base Celulose e Papel do SINPACEL-RS

Até o fechamento dessa edição do jornal União Sindical não foi dado acordo para o fechamento da Convenção Coletiva de Trabalho da base de celulose e papel do SINPACEL, data-base 1º de outubro. O contexto que está sendo negociado nesse ano é num ambiente que vigora a Reforma Trabalhista, sem a ultratividade dos acordos, ou seja, os acordos são extintos, salvo entendimento entre as partes negociadoras em prolongar o acordo anterior até o fechamento do novo acordo.

Diante da nova legislação que retirou direitos e garantias e ainda foi enfática no enfraquecimento das estruturas dos Sindicatos dos Trabalhadores, através da sua capacidade de arrecadação. Percebemos que os Sindicatos Patronais tentam interferir e dificultar as organizações dos trabalhadores que possuem mecanismos estruturados através de suas

Assembleias, que definem suas arrecadações para manter suas estruturas de lutas.

Alertamos os trabalhadores, sindicalizados ou não, que o que está em jogo nesse momento não é apenas a valorização de seu trabalho na empresa, mas também a sobrevivência do seu órgão de luta que são os Sindicatos, que os representam e tem uma estrutura jurídica e econômica que precisa de condição para se manter ao longo do tempo e essa condição quem viabiliza são os trabalhadores através de sua participação em reuniões e Assembleias e através do financiamento coletivo.

O SINPACEL ao longo de sua história de conquistas justifica a sua existência e essa continuidade depende da consciência dos trabalhadores. **PRECISAMOS DE UNIÃO!**



SINPACEL-RS na Campanha Novembro Azul que conscientiza homens para prevenção do Câncer de próstata

No Brasil, doença é uma das principais causas de morte entre os homens

A próstata é uma glândula que só o homem possui, localizada na parte baixa do abdômen. Situa-se logo abaixo da bexiga e à frente do reto. A próstata envolve a porção inicial da uretra, tubo pelo qual a urina armazenada na bexiga é eliminada. Ela produz cerca de 70% do sêmen, e representa um papel fundamental na fertilidade masculina.

O SINPACEL-RS estará neste mês de novembro, realizando nos dias 12, 13 e 14 de novembro, das 10:00 às 12:00 hs, através de um laboratório conveniado, a coleta de sangue para a realização de exame PSA (antígeno prostático específico, na sigla em inglês). Sócios aposentados com mais de 50 anos, devem agendar a coleta de sangue na sede do sindicato, pelo telefone 3480.2900.

O exame de sangue PSA, pode identificar o aumento de uma proteína produzida pela próstata, o que seria um

indício da doença. Para um diagnóstico final, é necessário analisar parte do tecido da glândula, obtida pela biópsia da próstata. Ligue para o SINPACEL-RS, agende sua presença e participe!

Os associados não terão qualquer custo para a realização do exame!

Realizada em todo o mundo, a campanha tem ajudado a diminuir os números de mortes causados por este tipo de câncer. Quando mais cedo verificado, mais chance de cura o portador da doença terá.

Fonte destas informações: Ministério da Saúde - Instituto Nacional do Câncer - Portal Brasil



Leia também:

Pág. 03 - Trabalho informal cresce em setembro

Pág. 03 - Líder no Senado, quer acelerar entrega do Pré-sal

Pág. 04 - Assessor de Bolsonaro quer aprovar reforma da previdência pior do que a do temer

Se não houvesse a Política de valorização do Salário Mínimo, valor seria hoje de R\$ 540,00

O governo atrás do imposto perdido - Foto: Ramiro Furquim/Sul 21



Foto: Agencia Brasil

Se não houvesse a política de valorização do salário mínimo, o valor que é de R\$ 954 seria em torno de R\$ 540. A política de valorização criada em 2007, fruto do acordo com as Centrais Sindicais para atender a reivindicação histórica de valorização do piso nacional salarial no país, garantiu mais de R\$ 400 de aumento real. Em 2011, a política foi transformada em lei e em 2015 renovada com validade até 2019.

Essa política, que está intimamente ligada à dinâmica econômica e condicionada a valorização da "produtividade social" adotou como critérios o repasse da inflação do período e o aumento real pela variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Ocorre que no período recente o governo em exercício, além de levar o Brasil para uma crise sem precedentes que estagnou o crescimento do PIB, não reajustou o salário mínimo pela inflação do período, diminuindo o poder de compra dos brasileiros que recebem o piso nacional. Se o governo atual tivesse seguido a regra, o valor seria R\$ 957 e não R\$ 954,00.

Em janeiro de 2017, diante da taxa anual do INPC correspondente a 6,58% e a definição do valor em R\$ 937,00, o salário mínimo acumulou perda, no ano, de 0,10%. Com a quantia de R\$ 954,00 determinada para janeiro de 2018, impõe-se

ao salário mínimo perda acumulada de 0,34% nos últimos dois anos, o que o faz retornar praticamente ao mesmo valor real de janeiro de 2015, conforme mostram a Tabela 1.

Cumprir alertar que a continuidade dessa política (válida até 2019) dependerá do novo presidente. Por outro lado, o plano de governo de Bolsonaro não prevê nenhum compromisso com a política do salário mínimo.

A regra de reajuste do salário mínimo também traz benefícios para os empregadores. A regra de reajuste dá previsibilidade aos agentes econômicos e tem como consequência a ampliação do mercado consumidor interno renovado pelas novas ocupações, aumento da renda do trabalho e por crescimento sustentado da economia brasileira.

A desvalorização do salário mínimo, com uma eventual mudança de regras, pode ter um impacto nefasto numa economia já dilacerada. São 48 milhões de pessoas que tem seus rendimentos referenciados no salário mínimo. E se for levado em conta os projetos para reforma da Previdência, esse impacto pode ser ainda mais devastador, pois quase dois terços dos beneficiários recebem um salário mínimo do INSS, por ser o piso da Previdência atrelado ao piso nacional.

A valorização dessa remuneração deve continuar, sobretudo porque o país segue profundamente desigual. O salário mínimo desempenha importantes funções no Brasil e que não podem ser abandonadas, dentre elas estão: (a) servir de proteção às categorias mais vulneráveis do mercado de trabalho, especialmente aos

"perdedores da barganha salarial"; (b) combater a pobreza; (c) diminuir as desigualdades salariais segundo atributos pessoais; (d) balizar os salários de ingresso no mercado de trabalho; (e) servir de referência para os baixos rendimentos do trabalho em geral; (f) organizar a escala de remunerações; (g) inibir a rotatividade; (h) reduzir as diferenças entre as regiões e dinamização econômica; e (i) servir de piso para os benefícios da Seguridade Social (DIEESE, 2010)

Além de trazer melhorias nas condições de vida das famílias com reflexos na possibilidade de prolongar a formação educacional dos jovens, o salário mínimo é o instrumento muito poderoso de combate à pobreza e concentração de renda, portanto, o processo de valorização deve continuar para que o país se torne justo no valor atribuído ao trabalho e o texto da Constituição ganhe vida.

DIEESE.

TABELA 1
Reajuste do Salário Mínimo 2003-2018

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
abr/02	200,00			
abr/03	240,00	20,00	18,54	1,23
mai/04	260,00	8,33	7,06	1,19
mai/05	300,00	15,38	6,61	8,23
abr/06	350,00	16,67	3,21	13,04
abr/07	380,00	8,57	3,30	5,10
mar/08	415,00	9,21	4,98	4,03
fev/09	465,00	12,05	5,92	5,79
jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02
Jan/11	545,00	6,86	6,47	0,37
Jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59
Jan/13	678,00	9,00	6,20	2,64
Jan/14	724,00	6,78	5,56	1,16
Jan/15	788,00	8,84	6,23	2,46
Jan/16	880,00	11,68	11,28	0,36
Jan/17	937,00	6,48	6,58	-0,10
Jan/18	954,00	1,81	2,07	-0,25
Total período	-	377,00	170,15	76,57

Elaboração: DIEESE

PPR da Santher

Em virtude da falta de comprometimento da empresa, com seu programa de PPR, omitindo os resultados financeiros trimestrais (Ebtida), do ano de 2018, a comissão de negociação que representa os trabalhadores desta empresa, decidiu, por maioria, não participar da reunião convocada pela empresa na tarde do dia 19/10/2018.

Destacamos, que desde o início das negociações, a empresa tentou convencer a todos, sem sucesso, que o atingimento da meta mínima estabelecida para o EBTIDA de R\$ 146 milhões era plenamente possível.

A empresa, não cumpriu seu compromisso, assumido junto à comissão de negociação, de divulgar esses resultados, em reunião que deveria ter ocorrido no início do mês de setembro, o que daria a essa comissão, o embasamento necessário para a continuidade nas negociações.

Lamentamos que a empresa Santher, tenha se utilizado de uma autorização da comissão, para

divulgar em seu mural, as metas operacionais negociadas inicialmente com a comissão, antes da divulgação dos resultados financeiros e assinatura de acordo.

A partir desta autorização da comissão, a empresa Santher passou a cobrar empenho dos trabalhadores para o cumprimento destas metas operacionais, porém, não deu prosseguimento na negociação para a assinatura do acordo.

Os trabalhadores estão no seu limite! A Santher tem nos últimos anos apresentado planos de PPR completamente inatingíveis, fora de sua realidade, o que resultou em falta de confiança e descrédito.

Diante do exposto, o SINPACEL-RS espera por um reposicionamento imediato da direção da Santher e a retomada das negociações, como gesto de reconhecimento e respeito aos seus trabalhadores.

Fechada Convenção Coletiva da Base Química do SINPACEL-RS

No dia 10 de outubro foi aprovada proposta patronal em Assembleia realizada na sede do SINPACEL. A proposta contempla o INPC de 3,53%, data-base 1º de julho, mais um aumento real de 0,47%, totalizando um reajuste de 4,0% para todos os salários, retirando do acordo tabela que limitava até o salário de R\$ 6.500,00 ou superior.

Aos funcionários da Air Products foi estabelecido em acordo o mesmo valor de refeição diária da unidade de São Paulo, ou seja, de R\$ 21,00 para R\$ 35,00, pois a empresa não possui refeitório nas suas unidades.

Foram mantidas também as homologações realizadas no Sindicato dos Trabalhadores, contemplando o acordo anterior, o qual foi estabelecido por dois anos, negociando nesse momento as cláusulas econômicas.

Falta Trabalho para 27,3 milhões de brasileiros e o único emprego que cresce em setembro é o informal

No Brasil da reforma trabalhista do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP), falta emprego para 27,3 milhões de pessoas e a geração de vagas formais de trabalho, com registro em carteira e direitos garantidos, estagnou e deu lugar a criação de postos informais, sem direitos e em condições precárias de trabalho.

É o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, divulgada nesta terça-feira (30). Segundo levantamento do trimestre encerrado em setembro, trabalhadores e trabalhadoras sem registro ou autônomos, ou seja, que trabalham por conta própria ou conseguiram uma vaga sem direito a 13º, FGTS, férias e salário fixo no final do mês, são responsáveis pela queda na taxa de desemprego de 12,4 para 11,9%.

Agora são 12,5 milhões de pessoas desempregadas no País, o que significa 474 mil pessoas a menos (-3,7%) em relação a junho. O nível de ocupação cresceu 1,5% no trimestre, com acréscimo de 1,384 milhão de pessoas no mercado de trabalho.

No entanto, desse contingente a mais, 522 mil são empregados sem carteira no setor privado (4,7%), 432 mil são trabalhadores por conta própria (1,9%) e 88 mil sem carteira no setor público

(3,6%).

"O problema maior desse avanço é que



isso se deu em emprego sem carteira e por conta própria. É um resultado favorável, mas voltado para a informalidade e o aumento da subocupação", comenta o coordenador de Trabalho e Rendimento do instituto, Cimar Azeredo.

Já os "subutilizados" aumentaram em 2,1% em um ano e somam 27,3 milhões. Esse total inclui os desempregados, pessoas que gostariam e precisam trabalhar mais e aqueles que desistiram de procurar emprego, os desalentados - 4,8 milhões

de pessoas, ou 4,3% da força de trabalho do país.

Sem carteira

Em 12 meses, a participação dos empregados com carteira no total de ocupados caiu de 36,5% para 35,6%. Os sem carteira foram de 11,9% para 12,4% e os autônomos, de 25,1% para 25,4%.

O número de empregados com carteira assinada no setor privado caiu de 33,3 milhões para 32,9 no último ano, menos 327 mil vagas com direitos garantidos.

Os sem carteira aumentaram de 10,910 milhões para 11,511 milhões. E os trabalhadores por conta própria foram de 22,911 milhões para 23,496 milhões.

E a tendência é que aumente ainda mais a informalidade do mercado de trabalho, uma vez que o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), votou a favor da reforma Trabalhista, foi contra a PEC das Domésticas e a única proposta apresentada para combater o drama do desemprego no país foi a criação de uma carteira de trabalho "verde e amarela" com menos direitos trabalhistas.

Estamos diante de uma ameaça real à liberdade de expressão, denuncia FNDC

A eleição de Jair Bolsonaro (PSL) inaugura no Brasil não apenas uma virada à extrema-direita, mas também um agravamento dos ataques aos veículos de comunicação e jornalistas. Só no período eleitoral, foram registrados 141 casos de agressões contra comunicadores, de acordo com a análise da coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e secretária-geral do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Renata Mielli.

"A gente vem de um período crescente de violações, mas agora podemos passar por um processo de institucionalização dessa violência contra comunicadores, imprensa e a liberdade de expressão no Brasil", observa Renata em entrevista ao jornalista Rafael Garcia, na Rádio Brasil Atual.

A coordenadora do FNDC destacou a postura de Bolsonaro, que nessa segunda-feira (29) voltou a ameaçar veículos de comunicação

falando na possibilidade de cortar a destinação de verbas de publicidade federal ao jornal Folha de S. Paulo.

O presidente eleito também defendeu a "extinção ou privatização" da emissora pública TV Brasil. Para Renata, tais declarações evidenciam os perigos que a imprensa pode enfrentar, com a possibilidade de se criar uma "autocensura" dentro da própria mídia, forçando-a a abandonar o mínimo de crítica ao governo de extrema-direita.

"É importante dizer que o desprezo do presidente eleito pelas instituições de mídia é muito grande", afirma a coordenadora do FNDC, comentando ainda a ideia do futuro governo de privilegiar a comunicação direta, por meio das redes sociais, para divulgar notícias sobre o mandato. "Um espaço totalmente privado, onde não haverá espaço para o contraditório e talvez nem conhecimento do que será divulgado", critica.

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

Com eleição de Bolsonaro, Líder de Temer no Senado quer Acelerar entrega do Pré-Sal



Já existe um consórcio entre Bolsonaro e Temer para aprovar uma pauta conjunta até o final do ano. O líder de Temer no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) conseguiu recolher as 54 assinaturas necessárias para colocar o projeto de lei do pré-sal em regime de urgência.

O novo projeto além dos 3,5 bilhões de barris que podem ser retirados da Petrobrás se soma as reservas excedentes mais 15 bilhões de barris de petróleo. A federação Única dos Petroleiros alertou que isso aconteceria se o povo elegeisse um governo que desse continuidade ao golpe. Os mercadores estão oferecendo às riquezas do Brasil a preço de banana para grupos internacionais.



Modelo de Previdência proposto por Bolsonaro levou idosos do Chile à miséria

O regime de capitalização da Previdência que o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) quer adotar no Brasil para, segundo ele, resolver o rombo nas contas públicas, foi adotado no Chile e o resultado foi o empobrecimento e a miséria dos idosos. Quase 40 anos depois, o governo chileno deve enviar uma nova proposta de reforma porque a situação dos idosos está insustentável, muitos não conseguiram se aposentar e a maioria dos que conseguiram recebe quase metade do salário mínimo local.

Como é o sistema de aposentadoria no Brasil

O atual sistema brasileiro funciona por repartição, ou seja, os trabalhadores e as trabalhadoras com carteira assinada contribuem mensalmente com um fundo público que garante a aposentadoria, auxílios doença e acidente, pensão por morte e benefício assistencial. O trabalhador da ativa paga os benefícios de quem já está aposentado e quem pagará a sua, no futuro, é quem estiver trabalhando.

Como é o sistema de aposentadoria no Chile

No Chile, a reforma feita em 1981, durante a ditadura militar de Augusto Pinochet, adotou o sistema de capitalização da Previdência, no qual cada trabalhador ou

trabalhadora faz a própria poupança, que é depositada em uma conta individual nas Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs), que podem investir no mercado financeiro. Na prática, isso significa que o valor da aposentadoria de um trabalhador depende do rendimento que a conta individual dele tiver.

Os trabalhadores chilenos são obrigados a depositar ao menos 10% do salário por no mínimo 20 anos para se aposentar. A idade mínima para mulheres é 60 e para homens, 65. Não há contribuições dos empregadores nem do Estado.



Após 37 anos da implantação do modelo de capitalização, apenas metade dos trabalhadores e trabalhadoras chilenos conseguiram se aposentar. E como a maioria ganhava salários baixos, ficou grandes períodos desempregada ou não conseguiu fazer uma poupança com recursos

suficientes, aproximadamente 91% dos aposentados recebem benefícios de cerca de meio salário mínimo do país, o equivalente a, em média, a R\$ 694 - o piso nacional do Chile é de 288 pesos, ou R\$ 1.575,66.

Chile vai rever seu sistema de Previdência

O presidente do Chile, Sebastián Piñera, deve enviar ao Congresso em novembro uma proposta de reforma da Previdência que vai obrigar os empregadores a também contribuir com 4% da folha de pagamento.

A ex-presidenta, Michele Bachelet, tinha feito uma alteração da Previdência do Chile em 2008, quando iniciou o processo para adotar tanto o modelo privado (capitalização) quanto o público (repartição). Ela criou uma categoria de aposentadoria mínima para os trabalhadores de baixa renda financiada com dinheiro de impostos.

Bachelet também propôs maiores regulamentações para as administradoras dos fundos, uma reivindicação dos movimentos populares e sindicais que protestaram em 2017 contra a miserável aposentadoria do país.

Fonte: Marize Muniz - CUT Nacional

Com Modelo de Reforma de Previdência de Armínio Fraga, Bolsonaro pode ampliar ataque a direitos dos trabalhadores

Com a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) nas eleições deste ano, a proposta de reforma da Previdência pode adotar um modelo ainda mais radical no que tange aos ataques aos direitos dos trabalhadores. A equipe de Bolsonaro recebeu um estudo do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga e do especialista em Previdência Paulo Tafner, que propõe ampliar os cortes pretendidos pela proposta de Michel Temer.

A economia que com o projeto de Temer seria de R\$ 802,3 bilhões passaria a R\$ 1,27 trilhão em dez anos, um dinheiro que certamente deixaria de ir para os benefícios previdenciários dos trabalhadores.

"Nós não sabemos ao certo quais as propostas que estão sendo estudadas pela equipe de governo do Jair Bolsonaro. No programa de governo dele não havia esse detalhamento, era muito genérico. Mas o que foi noticiado é que um grupo de trabalho de pesquisadores e economistas, do qual participa o Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso, apresentou para essa equipe do Bolsonaro uma proposta que tem semelhanças com a proposta do Temer, mas ela é ainda mais ampla e profunda, tem um impacto ainda maior sobre a seguridade

social e sobre a Previdência social pública", afirmou o supervisor do escritório do Dieese em São Paulo, Victor Pagani.

Retirada de direitos dos trabalhadores

Tão grave quanto o ataque ao bolso do trabalhador é o caminho proposto pelo estudo apresentado, que para viabilizar a reforma pretende a retirada dos direitos previdenciários e da assistência social da Constituição. "Isso vai permitir que eventualmente, no futuro, sejam feitas outras alterações com mais facilidade, sem precisar aprovar uma nova PEC (Proposta de Emenda Constitucional)", afirma Pagani.

"Isso é ruim para os trabalhadores, porque a retirada de direitos vai ficar mais fácil caso essa proposta seja aprovada", defende o especialista.

As centrais sindicais já estão se preparando para fazer oposição a essas propostas que retiram direitos dos trabalhadores.

Fonte: RBA/TVT/CUT.



SINDICALIZE-SE
JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!

EXPEDIENTE

União Sindical é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Artefatos e Cortiça de Guaíba e Região/RS
Fone: (51) 3480-29 00 Fone: (51) 3480-2973
Tiragem: 2.300 exemplares.
CNPJ: 90.830.183/0001-65.
Rua Bento Gonçalves, 304- Centro - Guaíba-RS

*RESPONSÁVEIS: Presidente - João Caldas
*Diretor de Divulgação e Cultura - Cesar Augusto Peteffi
*Diagramação - Sirlei Mees